



METISA

**METALÚRGICA TIMBOENSE S.A.
E CONTROLADA**

INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELAS INSTRUÇÕES CVM Nº 480 DE 07.12.2009 E
CVM Nº 481 DE 17.12.2009, EM ATENDIMENTO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA



A - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

• A.1 - IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA

METISA Metalúrgica Timboense S.A.

Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob Nº 86.375.425/0001-09 e com Inscrição Estadual-IE Nº 250.266.776.

Sede

Rua Fritz Lorenz Nº 2442 - Distrito Industrial
89120-000 - Timbó (SC)

• A.2 - Diretoria de Relações com Investidores

Wilson Harrison Jacobsen

Telefone: (47) 3281.2273

Fax: (47) 3281.2223

E-mail: dri@metisa.com.br

• A.3 - Auditores Independentes da Companhia

Baker Tilly Brasil Auditores Independentes

Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1461, 4º e 12º andares

Cidade Monções - 04.571-011 - São Paulo (SP) - Brasil

Tel (55 11) 5504.3800

Fax (55 11) 5504.3805

www.bakertillybrasil.com.br

• A.4 - Jornais nos quais a Companhia divulga informações

Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DIOESC, Diário Catarinense e Valor Econômico (encarte regional de São Paulo).

B - CONSIDERAÇÕES SOBRE ESSE RELATÓRIO

Esse documento deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras da METISA Metalúrgica Timboense S.A., publicadas no dia 24 de março de 2015 nos jornais Valor Econômico (encarte regional SP), Diário Catarinense e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DIOESC. Essas Demonstrações Financeiras também encontram-se disponíveis no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa e no site oficial da Companhia.



C - INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17.12.2009

- **C.1 - Proposta da Administração para a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015**

- **C.2 - Edital de Convocação para a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015**

- **C.3 - Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo**

Disponível a partir de 24.03.2015, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa e no site oficial da Companhia.

- **C.4 - Cópia das Demonstrações Financeiras**

Disponível a partir de 24.03.2015, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa e no site oficial da Companhia.

- **C.5 - Parecer dos Auditores Independentes**

Informação disponível a partir de 24.03.2015, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa, site oficial da Companhia e, colocadas à disposição dos Acionistas na sua sede.

- **C.6 - Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver**

Informação disponível a partir de 24.03.2015, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa, site oficial da Companhia e, colocadas à disposição dos Acionistas na sua sede.

- **C.7 - Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP**

Disponível a partir de 24.03.2015, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa, site oficial da Companhia e, colocadas à disposição dos Acionistas na sua sede.

- **C.8 - Informações requeridas pelas Instruções CVM Nº 480 de 07 de dezembro de 2009 e CVM Nº 481 de 17 de dezembro de 2009, em atendimento ao Edital de Convocação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de abril de 2015.**



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009
ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Os Diretores devem comentar sobre:

As informações a seguir referem-se à Companhia e a sua Controlada (Consolidado).

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia, são adequadas, permitindo que a Companhia cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como, colocando-a em condições de fazer frente a novas oportunidades, não existindo fatos para acreditarmos que tal situação seja alterada de forma significativa em um curto espaço de tempo.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria considera que a estrutura atual de capital da Companhia é adequada.

i. hipótese de resgate

Não há um programa para resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia, através do controle e planejamento constante dos seus ativos e passivos financeiros, entende que inexistem sinais negativos em relação à sua capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são representadas por financiamentos junto ao BNDES, seus agentes financeiros, com características de longo prazo e taxas de juros de mercado, conforme informações disponíveis nos sites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBovespa e, colocadas à disposição dos Acionistas na sede da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava disponibilidades no montante de R\$ 201.877.606,00 (duzentos e um milhões, oitocentos e setenta e sete mil, seiscentos e seis reais) e dívidas financeiras de R\$ 184.586.002,00 (cento e oitenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e dois reais) resultando em um caixa líquido no montante de R\$ 17.291.604,00 (dezessete milhões, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e quatro reais).

d) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte utilizada para o financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pela Companhia, são originários do BNDES através dos seus agentes fiduciários.

e) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

A Diretoria entende que, com a manutenção dos resultados positivos e da geração de caixa obtidos no momento, não é necessário recorrer a Instituições Financeiras. Porém, poderá utilizar linhas especiais com taxas de juros subsidiadas para financiar o seu capital circulante e não circulante.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

A Companhia apresenta abaixo seus níveis de endividamento, de forma consolidada, no exercício encerrado em 31.12.2014:

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Taxa média de remuneração das aplicações em %		Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Caixa e Bancos		396.604	1.188.117	461.995	1.214.921
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	201.481.002	154.592.197	201.986.454	154.967.932
		201.877.606	155.780.314	202.448.449	156.182.853

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

- INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

CONTROLADORA e CONSOLIDADO (Em Reais)			
MODALIDADE	ENCARGOS FINANCEIROS	2014	2013
Ativo Imobilizado	TJLP + juros de até 1,80% a.a.	-	9.401
Ativo Imobilizado	Juros de 5,50% a.a.	84.801	183.810
Capital de Giro	Juros de até 5,50% a.a.	116.480.415	115.774.065
Capital de Giro	Juros de até 5,50% a.a.	39.984.175	-
Capital de Giro	VC + juros de até 2,00% a.a.	<u>28.036.611</u>	<u>15.000.284</u>
Total dos Empréstimos		184.586.002	130.967.560
Circulante		(28.899.719)	(15.383.803)
Não Circulante		155.686.283	115.583.757

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:	2014	2013
2015	-	84.600
2016	108.673.398	108.087.752
2017	47.012.885	7.411.405
	155.686.283	115.583.757

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, sendo que os de capital de giro - EXIM BNDES, possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants).

ii. outras relações de longo prazo com Instituições Financeiras

Não se aplica a Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica a Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras

A Companhia apresenta a tabela abaixo, com a comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em Reais)

Ativo	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	201.877.606	155.780.314	202.448.449	156.182.85
Títulos e valores mobiliários	4.185.648	7.052.980	4.185.648	7.052.98
Contas a receber e outras contas a receber	49.390.780	53.409.063	49.393.893	53.413.30
Estoques	55.192.658	41.451.138	55.192.658	41.451.13
Tributos a recuperar	6.360.176	5.400.327	6.360.176	5.400.32
Despesas antecipadas	77.041	114.651	77.041	114.65
Total do ativo circulante	317.083.909	263.208.473	317.657.865	263.615.24
Outros créditos	2.010.598	1.984.890	2.010.598	1.984.89
Impostos diferidos	2.939.935	2.202.583	2.939.935	2.202.58
Investimentos	10.444.277	10.417.236	160.000	160.00
Imobilizado	73.490.714	70.880.245	83.214.149	80.751.86
Intangível	1.481.142	-	1.481.142	-
Total do ativo não circulante	90.366.666	85.484.954	89.805.824	85.099.33
Total do ativo	407.450.575	348.693.427	407.463.689	348.714.58

Passivo	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores	2.909.244	3.557.414	2.909.244	3.558.243
Empréstimos e financiamentos	28.899.719	15.383.803	28.899.719	15.383.803
Salários e encargos sociais	3.089.783	3.090.147	3.092.210	3.101.938
Obrigações tributárias	1.976.111	2.808.595	1.982.466	2.812.695
Férias e encargos sociais	2.230.406	2.501.660	2.234.738	2.506.101
Participação dos empregados	1.065.681	1.540.608	1.065.681	1.540.608
Participação dos administradores	2.210.131	2.511.350	2.210.131	2.511.350
Comissões e fretes sobre vendas	2.003.516	2.921.708	2.003.516	2.921.708
Outras contas a pagar	1.437.377	1.699.298	1.437.377	1.699.298
Total do passivo circulante	45.821.968	36.014.583	45.835.082	36.035.744
Empréstimos e financiamentos	155.686.283	115.583.757	155.686.283	115.583.757
Provisões para contingências	2.870.053	2.781.853	2.870.053	2.781.853
Impostos diferidos	10.790.863	11.274.836	10.790.863	11.274.836
Total do passivo não circulante	169.347.199	129.640.446	169.347.199	129.640.446
Total do passivo	215.169.167	165.655.029	215.182.281	165.676.190

Patrimônio líquido	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Capital social	100.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000
Reservas de lucros	85.894.729	73.978.173	85.894.729	73.978.173
(-) Ações em tesouraria	(10.830.965)	(9.247.766)	(10.830.965)	(9.247.766)
Outros resultados abrangentes	17.217.644	18.307.991	17.217.644	18.307.991
Total do patrimônio líquido	192.281.408	183.038.398	192.281.408	183.038.398

Total do passivo e patrimônio líquido	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Total do passivo e patrimônio líquido	407.450.575	348.693.427	407.463.689	348.714.588

Valor patrimonial por ação	21,00022	19,76408	21,00022	19,76408
----------------------------	----------	----------	----------	----------

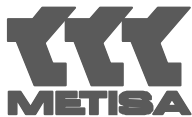


INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	236.534.313	247.426.170	236.661.996	247.547.249
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(170.591.380)	(174.136.214)	(170.560.598)	(174.127.529)
LUCRO BRUTO	65.942.933	73.289.956	66.101.398	73.419.720
DESPESAS OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	(18.407.271)	(19.074.650)	(18.557.681)	(19.216.538)
Com vendas	(28.926.832)	(28.951.358)	(28.926.832)	(28.951.358)
Outras receitas/(despesas) operacionais	377.825	321.798	378.072	321.798
Resultado de equivalência patrimonial	35.464	916	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	19.022.119	25.586.662	18.994.957	25.573.622
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	26.419.127	18.239.842	26.462.749	18.267.117
Despesas financeiras	(19.209.792)	(13.153.693)	(19.209.974)	(13.154.218)
Juros sobre o capital próprio	(7.247.051)	(7.251.655)	(7.247.051)	(7.251.655)
LUCRO OPERACIONAL	18.984.403	23.421.156	19.000.681	23.434.866
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.526.323)	(8.717.045)	(7.542.601)	(8.730.755)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.221.506	647.303	1.221.506	647.303
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DE JUROS	12.679.586	15.351.414	12.679.586	15.351.414
Reversão de juros sobre o capital próprio	7.247.051	7.251.655	7.247.051	7.251.655
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.926.637	22.603.069	19.926.637	22.603.069
Lucro líquido por ação	2,17631	2,44063	2,17631	2,44063



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	19.926.637	22.603.069	19.926.637	22.603.069
Outros resultados abrangentes	1.090.347	1.157.000	1.090.347	1.157.000
Resultado abrangente do período	21.016.984	23.760.069	21.016.984	23.760.069
Atribuído a sócios da empresa controladora	-	-	21.016.984	23.760.069



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	
		Legal	Retenção de lucros a Realizar					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	100.000.000	8.594.664	43.840.535	7.000.924	(438.878)	19.464.991	-	178.462.236
Reservão de dividendos e JSCP	-	-	90.373	-	-	-	-	90.373
Dividendos complementares	-	-	(2.056.737)	-	-	-	-	(2.056.737)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(8.808.888)	-	-	(8.808.888)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.603.069	22.603.069	22.603.069
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(1.157.000)	1.157.000	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(146.627)	-	-	146.627	-
Destinação proposta à Assembléia Geral								
.Reserva legal	-	1.130.154	-	-	-	-	(1.130.154)	-
.Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(7.251.655)	(7.251.655)
.Retenção de lucros	-	-	15.524.887	-	-	-	(15.524.887)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	100.000.000	9.724.818	57.399.058	6.854.297	(9.247.766)	18.307.991	-	183.038.398
Reservão de dividendos e JSCP	-	-	79.012	-	-	-	-	79.012
Dividendos complementares	-	-	(1.932.389)	-	-	-	-	(1.932.389)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(1.583.199)	-	-	(1.583.199)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.926.637	19.926.637	19.926.637
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(1.090.347)	1.090.347	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(203.030)	-	-	203.030	-
Destinação proposta à Assembléia Geral								
.Reserva legal	-	996.331	-	-	-	-	(996.331)	-
.Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(7.247.051)	(7.247.051)
.Retenção de lucros	-	-	12.976.632	-	-	-	(12.976.632)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	100.000.000	10.721.149	68.522.313	6.651.267	(10.830.965)	17.217.644	-	192.281.408



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	19.926.637	22.603.069	19.926.637	22.603.069
<i>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</i>				
- Depreciação, amortização e exaustão	6.602.445	6.257.755	6.859.345	6.450.005
- Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	9.825.010	4.313.577	9.825.010	4.313.577
- Equivalência patrimonial	(35.464)	(916)	-	-
- Valor residual de ativos não circulantes	838.635	105.471	839.288	105.471
- Dividendos a receber	8.423	218	-	-
Disponibilidades brutas antes das mudanças no capital de giro	37.165.686	33.279.174	37.450.280	33.472.122
<i>Variações nos ativos e passivos</i>				
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	2.867.332	1.442.163	2.867.332	1.442.163
(Aumento)/Redução em contas a receber e outras contas a receber	4.018.283	(5.638.921)	4.019.407	(5.657.711)
(Aumento)/Redução nos estoques	(13.741.520)	(3.466.890)	(13.741.520)	(3.466.890)
(Aumento)/Redução em impostos a recuperar	(959.849)	3.666.657	(959.849)	3.666.657
(Aumento)/Redução nas despesas antecipadas	37.610	17.069	37.610	17.069
Aumento/(Redução) em fornecedores	(648.170)	(1.261.043)	(648.999)	(1.261.303)
Aumento/(Redução) em salários e encargos sociais	(364)	284.108	(9.728)	295.899
Aumento/(Redução) nos impostos a recolher	(832.303)	580.419	(830.048)	569.895
Aumento/(Redução) na provisão de férias e encargos sociais	(271.254)	357.798	(271.363)	358.468
Aumento/(Redução) IR e CSLL	(181)	26.775	(181)	26.775
Aumento/(Redução) nas participações a pagar	(776.146)	273.190	(776.146)	273.190
Aumento/(Redução) nas comissões e fretes s/ vendas	(918.192)	697.776	(918.192)	697.776
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	(261.921)	(96.594)	(261.921)	(96.594)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	25.679.071	30.161.681	25.956.682	30.337.516
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
No realizável a longo prazo	(763.060)	(722.936)	(763.060)	(722.936)
No imobilizado	(10.642.076)	(6.671.947)	(10.751.443)	(6.857.323)
No intangível	(890.615)	-	(890.615)	-
Ações em tesouraria	(1.583.199)	(8.808.888)	(1.583.199)	(8.808.888)
Reversão de dividendos e JSCP	79.012	90.373	79.012	90.373
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(13.799.938)	(16.113.398)	(13.909.305)	(16.298.774)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Acréscimo (decréscimo) do exigível de longo prazo	(395.773)	(290.700)	(395.773)	(290.700)
Empréstimos e financiamentos obtidos	106.939.782	170.633.022	106.939.782	170.633.022
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(63.146.350)	(93.175.412)	(63.146.350)	(93.175.412)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(9.179.440)	(9.308.392)	(9.179.440)	(9.308.392)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	34.218.219	67.858.518	34.218.219	67.858.518
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes à caixa	46.097.292	81.906.801	46.265.596	81.897.260
Caixa e equivalentes à caixa no começo do período	155.780.314	73.873.513	156.182.853	74.285.593
Caixa e equivalentes à caixa no fim do período	201.877.606	155.780.314	202.448.449	156.182.853



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - (Em Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
1 - RECEITAS	284.477.145	296.681.273	284.629.273	296.839.237
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	284.784.003	296.229.998	284.935.884	296.387.962
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão/(Constituição)	(717.312)	96.642	(717.312)	96.642
1.3) Outras (despesas) receitas	410.454	354.633	410.701	354.633
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	196.044.414	199.188.797	195.791.447	199.027.776
2.1) Custo dos produtos e mercadorias vendidos	174.941.834	176.616.973	174.457.506	176.207.479
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (adm/ven)	21.102.580	22.571.824	21.333.941	22.820.297
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	88.432.731	97.492.476	88.837.826	97.811.461
4 - RETENÇÕES	6.306.319	6.248.699	6.563.219	6.440.949
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	6.306.319	6.248.699	6.563.219	6.440.949
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	82.126.412	91.243.777	82.274.607	91.370.512
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	26.390.773	18.136.534	26.398.931	18.162.893
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	35.464	916	-	-
6.2) Receitas financeiras	26.355.309	18.135.618	26.398.931	18.162.893
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	108.517.185	109.380.311	108.673.538	109.533.405
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	108.517.185	109.380.311	108.673.538	109.533.405
8.1) Pessoal	50.634.507	51.254.529	50.729.162	51.336.446
- Remuneração direta	42.719.781	43.303.256	42.804.289	43.376.478
- Benefícios	4.784.966	4.964.440	4.784.966	4.965.269
- FGTS	3.129.760	2.986.833	3.139.907	2.994.699
8.2) Impostos, contribuições e taxas	18.797.067	22.409.256	18.858.583	22.479.908
- Federais	18.272.587	21.781.776	18.331.690	21.850.477
- Estaduais	464.344	563.851	466.265	565.426
- Municipais	60.136	63.629	60.628	64.005
8.3) Variações cambiais e juros	19.158.974	13.113.457	19.159.156	13.113.982
- Juros	7.599.372	3.898.685	7.599.500	3.898.893
- Outras	11.559.602	9.214.772	11.559.656	9.215.089
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	7.247.051	7.251.655	7.247.051	7.251.655
8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício	12.679.586	15.351.414	12.679.586	15.351.414



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ESTOQUES DO EXERCÍCIO - (Em Reais)

	CONSOLIDADO	
	2014	2013
Produtos acabados	17.767.800	12.740.588
Produtos em processo	8.855.360	5.261.816
Matérias-primas	18.583.110	12.973.150
Materiais secundários	6.812.964	6.877.612
Materiais de manutenção	2.725.843	2.367.793
Importação em andamento	190.659	979.616
Adiantamento a fornecedores	256.922	250.563
	55.192.658	41.451.138



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta da Controladora em 2014 alcançou o valor de R\$ 284,8 milhões (R\$ 296,2 milhões em 2013). O volume de vendas destinadas ao mercado interno, representou uma Receita Operacional Bruta de R\$ 227,2 milhões (R\$ 229,2 milhões em 2013), equivalente a 79,8% da Receita Total.

As vendas para o mercado externo de R\$ 57,6 milhões (R\$ 67,0 milhões em 2013), representaram 20,2% do total.

No mercado interno (excluídas as devoluções) a receita de vendas apresentou um decréscimo de 0,9% (R\$ 227,2 milhões em 2014 contra R\$ 229,2 milhões em 2013). No mercado externo (excluídas as devoluções) a Receita de vendas teve um decréscimo de 14,0%.

As vendas físicas da Companhia, em tonelagem, apresentaram um decréscimo de 10,7% conforme quadro abaixo:

<u>MERCADO</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>VARIACÃO</u>
Nacional	33.122,0 t	35.782,4 t	- 7,4 %
Exportação	12.272,3 t	15.051,4 t	- 18,5 %
TOTAL	45.394,3 t	50.833,8 t	- 10,7 %

Deduções da Receita

Impostos, contribuições e devolução de mercadorias

Os tributos, contribuições e devoluções de mercadorias, deduzidos da Receita Operacional Bruta permaneceram estáveis nos últimos três exercícios. Os impostos incidentes nas vendas são o IPI, PIS e a COFINS sobre os produtos vendidos e o ISS na prestação de serviços.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2014, no valor de R\$ 170,6 milhões, representou 72,1% da Receita Operacional Líquida.

Já, em 2013, o custo dos produtos vendidos, no valor de R\$ 174,1 milhões, representou 70,4% da Receita Operacional Líquida.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais - despesas com vendas, gerais e administrativas - representaram em 2014 18,46% da Receita Operacional Líquida, ante 17,64% em 2013.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

Apurados pelo lucro real a razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% para imposto de renda, e de 9% para a contribuição social sobre o lucro, sem sofrer variação em relação aos períodos anteriores.

10.2 Comentários dos Diretores sobre:

a) resultados das operações do emissor em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Receita Operacional Bruta em 2014 decresceu R\$ 11,4 milhões, decorrente da queda do volume comercializado.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado líquido de R\$ 19.926.637 contra um resultado de R\$ 22.603.069 do ano de 2013, decorrente, principalmente, da queda do volume comercializado.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

b) variações das receitas atribuíveis a variação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os aspectos relativos a este item, acham-se descritos nos itens precedentes.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Em relação aos impactos relacionados neste item, seus efeitos acham-se descritos nos itens precedentes.

10.3 Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas Demonstrações Financeiras do emissor e, em seus resultados:**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica a Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica a Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

Não se aplica a Companhia.

10.4 Os Diretores devem comentar:**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas, em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário, conforme segue:

a.1) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 13 de março de 2015.

a.2) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (h).

a.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

a.4) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

a.5) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 10, que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

a.6) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

a.7) Instrumentos financeiros

a.7.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

a.7.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

a.7.3 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

a.8) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

a.9) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

a.10) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

a.11) Ativos biológicos (consolidado)

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinnus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste do valor justo do ativo biológico”. O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

A determinação do valor justo foi realizada no exercício de 2010, sendo entendimento da administração que o ativo biológico se encontra em pleno desenvolvimento refletindo, no mínimo, os valores constantes nos registros contábeis.

a.12) Investimentos

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

a.13) Imobilizado

a.13.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, em 2010 a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

a.13.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

a.13.3 Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

a.14) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a.14.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

a.14.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

a.15) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aquisição de veículos com instituições financeiras. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não transfere substancialmente os riscos e benefícios do ativo alugado ao arrendatário.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

a.16) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

a.17) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

a.18) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

a.19) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

a.20) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

A Lei 12.973 de 13/05/2014, fruto da conversão da Medida Provisória nº 627, de 11/11/2013, introduziu alterações na legislação tributária federal no âmbito da legislação do IRPJ e CSLL, extinguindo o RTT a partir de 2015 e facultando as empresas de anteciparem seus efeitos para 2014. Após uma criteriosa análise da referida lei, a Companhia optou em não antecipar seus efeitos para 2014, tendo em vista que tal decisão não traz impactos significativos.

a.21) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.22) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota 24.

a.23) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a.23.1 Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

a.23.2 Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

a.23.3 Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

a.24) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Remuneração das aplicações</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Caixa e Bancos		396.604	1.188.117	461.995	1.214.921
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	201.481.002	154.592.197	201.986.454	154.967.932
		201.877.606	155.780.314	202.448.449	156.182.853

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

a.25) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificadas como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado.

Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Gerdau S.A. (GGBR4)	11.496	22.008
HTR Petróleo (HTRP3)	9.240	18.200
OGX (OGXP3)	8.100	21.600
Petrobras S.A. (PETR4)	2.670.560	2.202.773
Venda de Opções - Petrobrás S.A. (PETR4)	(38.687)	-
Vale S.A. (VALE5)	1.524.939	4.788.399
	4.185.648	7.052.980

a.26) Contas a receber e outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Mercado interno	21.104.945	23.501.036	21.112.554	23.501.036
Mercado externo	25.662.707	26.172.300	25.662.707	26.172.300
(-) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(581.588)	(279.418)	(581.588)	(279.418)
Outras contas a receber (i)	3.204.716	4.015.145	3.200.220	4.019.382
	49.390.780	53.409.063	49.393.893	53.413.300

(i) Outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Adiantamento de salário e férias	1.057.071	1.135.489	1.060.122	1.138.616
Adiantamento a fornecedores	736.163	979.528	737.039	980.856
Adiantamento de comissões	-	236.985	-	236.985

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Cessões de créditos de ICMS (a)	1.096.643	1.409.410	1.096.643	1.409.410
Outros valores	314.839	253.733	306.416	253.515
	3.204.716	4.015.145	3.200.220	4.019.382

(a) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 25.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo.

a.27) Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Produtos acabados	17.767.800	12.740.588
Produtos em processo	8.855.360	5.261.816
Matérias-primas	18.583.110	12.973.150
Materiais secundários	6.812.964	6.877.612
Materiais de manutenção	2.725.843	2.367.793
Importação em andamento	190.659	979.616
Adiantamento a fornecedores	256.922	250.563
	55.192.658	41.451.138

a.28) Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
ICMS (i)	2.006.951	1.024.067
IRPJ (ii)	2.531.745	2.354.441
CSLL (ii)	982.105	967.270
PIS/COFINS	350.500	-
REINTEGRA	480.064	1.045.738
Outros Tributos	8.811	8.811
	6.360.176	5.400.327

(i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.

(ii) Refere-se à antecipação de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculadas com base na estimativa mensal.

a.29) Outras contas a receber de longo prazo

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Depósitos judiciais (i)	1.653.690	1.627.982
Incentivos fiscais	260.013	260.013
Empréstimos compulsórios	96.895	96.895
	2.010.598	1.984.890

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

(i) Referem-se a depósitos para garantir a execução de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista, cujas provisões estão devidamente reconhecidas no passivo, assim constituídos:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Cíveis	55.221	55.221
Tributários	1.561.874	1.561.874
Trabalhistas	36.595	10.887
	1.653.690	1.627.982

a.30) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

A conciliação do Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
IR e CSL correntes	(7.526.323)	(8.717.045)	(7.542.601)	(8.730.755)
IR e CSL diferidos	1.221.506	647.303	1.221.506	647.303

a.30.1 Impostos correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (controladora e consolidado) a Companhia não apresentava prejuízos fiscais bem como base negativa de contribuição social.

a.30.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
- Sobre adições temporárias	737.352	474.578
- Sobre depreciação custo atribuído	558.622	596.521
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(400.270)	(683.200)
- Sobre realização depreciação nova vida útil	317.923	250.539
- Sobre diferença de valor residual	7.879	8.865
	1.221.506	647.303

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

Adições temporárias:	Controladora e Consolidado			
	2014		2013	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
- Provisão para perdas em Eletrobrás	387.580	387.580	387.580	387.580
- Contingências trabalhistas	222.000	222.000	133.800	133.800
- Contingências cíveis	197.972	197.972	197.972	197.972
- Comissão sobre vendas	1.121.308	1.121.308	1.645.490	1.645.490
- Provisão para devedores duvidosos	581.588	581.588	279.418	279.418
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	8.345.531	-	5.214.139
Base de cálculo	2.510.448	10.855.979	2.644.260	7.858.399
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	225.940	2.713.995	237.983	1.964.600

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

a.30.3 Impostos diferidos no passivo não circulante

O imposto de renda e a contribuição social de longo prazo foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil, estão demonstrados conforme a seguir:

Saldo em 31/12/2013	11.274.836
(+) Diferença de depreciação nova vida útil	400.270
(+) Diferença valor residual de ativos não circulantes	(7.879)
(+) Transferência para o ativo de curto	(876.364)
Saldo em 31/12/2014	10.790.863

a.31) Investimentos

Abaixo demonstramos um sumário das informações da controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

METISA Florestal e Energética S.A.		
	2013	2012
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000
Patrimônio líquido	10.284.277	10.257.236
Total de ativo e passivo	10.305.814	10.278.615
Receitas líquidas de vendas	612.011	530.573
Percentual de participação		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	35.464	916
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	35.464	916
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	10.284.277	10.257.236
Outros investimentos avaliados pelo custo	160.000	160.000
Saldo de investimentos	10.444.277	10.417.236

a.32) Imobilizado

A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

	Saldo em	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em
	31/12/2013				31/12/2014
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e Construções	29.598.533	-	-	456.576	30.055.109
Móveis e Utensílios	4.165.641	169.106	(174.212)	(5.131)	4.155.404
Veículos	998.569	744.499	(406.374)	-	1.336.694
Máquinas e Equipamentos	100.209.221	670.149	(148.405)	8.455.153	109.186.118
Imobilizações em andamento	8.238.775	9.058.322	(1.154.613)	(8.906.598)	7.235.886
Depreciações acumuladas	(82.640.241)	(6.549.283)	401.280	-	(88.788.244)
	70.880.245	4.092.793	(1.482.324)	-	73.490.714



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Terrenos	11.155.359	-	-	-	11.155.359
Reflorestamento	9.042.934	-	(522.399)	-	8.520.535
Edifícios e Construções	29.812.718	-	-	456.576	30.269.294
Móveis e Utensílios	4.185.255	169.106	(174.212)	(5.131)	4.175.018
Veículos	1.095.659	744.499	(406.374)	-	1.433.784
Máquinas e Equipamentos	100.272.159	674.229	(152.471)	8.455.153	109.249.070
Imobilizações em andamento	8.868.619	9.163.609	(1.154.613)	(8.906.598)	7.971.017
Depreciação acumulada	(83.680.837)	(6.806.183)	927.092	-	(89.559.928)
	80.751.866	3.945.260	(1.482.977)	-	83.214.149

a.33) Intangível

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado				
	2013	Adições	Baixas	Transferências	2014
Software	-	750.946	-	-	750.946
Intangível em andamento	-	788.383	-	-	788.383
Amortização acumulada	-	(58.187)	-	-	(58.187)
	-	1.481.142	-	-	1.481.142

A depreciação e a amortização, em 31 de dezembro de 2014, da Controladora, totalizaram R\$ 6.602.445 (R\$ 6.257.755 em 31 de dezembro de 2013). Desse total, R\$ 5.980.536 (R\$ 5.761.603 em 31 de dezembro de 2013) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

a.34) Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Modalidade	Encargos Financeiros	2014	2013
Ativo imobilizado	TJLP + juros de até 1,80% a.a.	-	9.401
Ativo imobilizado	Juros de até 5,50% a.a.	84.801	183.810
Capital de giro	Juros de até 5,50% a.a.	116.480.415	115.774.065
Capital de giro	Juros de até 8,00% a.a.	39.984.175	15.000.284
Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a.	28.036.611	15.000.284
Total dos empréstimos		184.586.002	130.967.560
Circulante		(28.899.719)	(15.383.803)
Não Circulante		155.686.283	115.583.757

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:	2014	2013
2015	-	84.600
2016	108.673.398	108.087.752
2017	47.012.885	7.411.405
	155.686.283	115.583.757

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, sendo que os de capital de giro - EXIM BNDES, possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants).

a.35) Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
IRPJ e CSLL	913.989	914.170	917.835	917.113
ICMS	79.697	139.203	79.697	139.203
IPI	84.273	540.856	84.273	540.856
PIS	-	58.968	161	59.071
COFINS	-	283.627	743	284.100
IRRF	883.195	865.189	884.095	865.321
Outros tributos	14.957	6.582	15.662	7.031
	1.976.111	2.808.595	1.982.466	2.812.695

a.36) Participações de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4% fixos e 6% variáveis de acordo com as metas atingidas.

a.37) Partes Relacionadas

A remuneração da administração, bem como as operações entre a Companhia e a Partes Relacionadas foram realizadas conforme a seguir.

a.37.1 Remuneração dos administradores

A Companhia provê a seus administradores remuneração fixa e variável.

Os montantes referentes à remuneração paga, ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração fixa	5.143.000	5.010.500	5.202.528	5.065.884
Remuneração variável	2.511.350	2.466.786	2.511.350	2.466.786

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

a.37.2 Operações com partes relacionadas

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
- Fornecimento de Serviços		
PARTBANK S.A.	414.350	387.790
Ricardo Teixeira Mendes	226.268	211.792
Elite CCVM Ltda	20.544	25.133
- Fornecimento de produtos e insumos:		
METISA Florestal e Energética S.A.	502.676	409.494
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	114.975	57.469



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

a.38) Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas pelos assessores jurídicos da Companhia como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Obrigações cíveis	197.972	197.972
Obrigações tributárias (i)	2.450.081	2.450.081
Obrigações trabalhistas (ii)	222.000	133.800
	2.870.053	2.781.853

(i) Tributárias - referem-se às discussões judiciais relativas ao PIS no valor de R\$ 746.882 e INSS no valor de R\$ 1.703.199, para os quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 1.561.874 (R\$ 1.561.874 - em 31/12/2013).

(ii) Trabalhistas - consistem em diversas matérias relacionadas a área trabalhista. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 35.595 (R\$ 10.887 em 31/12/2013).

a.39) Patrimônio líquido

a.39.1 Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2014, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2013), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A companhia mantém em tesouraria 608.320 ações preferenciais de sua emissão (503.320 ações em 31 de dezembro de 2013).

a.39.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, em 29 de outubro de 2014, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,8250 por ação preferencial e R\$ 0,7500 por ação ordinária, para pagamento em 22 de dezembro de 2014, cujo montante foi assim determinado:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	19.926.637	22.603.069
Reserva legal	(996.331)	(1.130.154)
Lucro líquido ajustado	18.930.306	21.472.915
Juros sobre o capital próprio	7.247.051	7.251.655
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	38,28%	33,77%

a.39.3 Reservas de lucros

- Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

- Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 11.683.255, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10 % (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

a.40) Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Mercado Interno	227.226.177	229.164.993	227.378.058	229.322.957
Mercado Externo	57.557.826	67.065.005	57.557.826	67.065.005
(-) Impostos sobre Vendas	(48.249.690)	(48.803.828)	(48.292.236)	(48.840.713)
	236.534.313	247.426.170	236.643.648	247.547.249

a.41) Despesas com vendas

	Controladora /Consolidado	
	2014	2013
Despesas variáveis de vendas	20.734.630	21.752.066
Despesas com pessoal	4.956.035	4.717.899
Despesas com propaganda e publicidade	1.049.114	1.212.347
Despesas com viagens	566.308	541.624
Despesas com serviços de terceiros	34.491	36.579
Provisão para devedores duvidosos	781.130	7.583
Outras despesas	805.124	683.260
	28.926.832	28.951.358

a.42) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas com pessoal	4.664.244	3.870.366	4.677.887	3.883.899
Despesas com serviços de terceiros	1.756.931	2.705.126	1.760.471	2.706.383
Honorários Conselho Fiscal	301.800	279.400	301.800	279.400
Honorários dos Administradores	5.143.000	5.010.500	5.202.528	5.065.884
Participação no lucro dos empregados	1.065.681	1.540.608	1.065.681	1.540.608
Participação no lucro dos Administradores	2.210.131	2.511.350	2.210.131	2.511.350
Gastos com materiais gerais	803.212	750.503	818.549	777.480
Outras despesas	2.462.272	2.406.797	2.520.634	2.451.534
	18.407.271	19.074.650	18.557.681	19.216.538

a.43) Resultado financeiro

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Juros de mora	734.527	856.641	734.536	856.664
Descontos	69.521	66.369	69.521	66.369
Dividendos e JSCP	341.661	338.772	341.661	338.772
Variações cambiais de exportação	6.550.673	6.849.787	6.550.673	6.849.787
Receita de títulos e valores mobiliários	1.066.532	1.491.444	1.066.532	1.491.444

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Receita aplicações financeiras	17.305.117	8.436.645	17.348.730	8.463.897
Outras variações monetárias	287.278	95.960	287.278	95.960
Reversão de perdas com contas a receber	63.818	104.224	63.818	104.224
	26.419.127	18.239.842	26.462.749	18.267.117

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
IOF/ PIS/COFINS	50.819	40.236	50.819	40.236
Juros	7.599.371	3.898.685	7.599.500	3.898.893
Despesas bancárias	361.998	310.250	362.051	310.264
Descontos/deságios	77.766	204.843	77.766	205.146
Variações cambiais	6.921.913	5.446.056	6.921.913	5.446.056
Perdas com títulos e valores mobiliários	4.197.925	3.253.623	4.197.925	3.253.623
	19.209.792	13.153.693	19.209.974	13.154.218

Resultado financeiro líquido	7.209.335	5.086.149	7.252.775	5.112.899
-------------------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

a.44) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

a.45) Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

a.46) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a.46.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a.46.2 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na nota 5.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

a.46.3 Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

	Consolidado	
	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	202.448.449	156.182.853
Títulos e valores mobiliários	4.185.648	7.052.980
Contas a receber	46.775.261	49.673.336

a.46.4 Perdas por redução no valor recuperável

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

	Consolidado	
	2014	2013
A vencer	34.038.529	40.593.435
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	8.481.484	4.125.283
De 31 a 90 dias	2.973.527	3.608.041
De 91 a 180 dias	485.496	936.142
De 181 a 360 dias	486.918	295.773
Acima de 360 dias	309.307	114.662
	46.775.261	49.673.336

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado (Nota 20). Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

- Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizadas no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

- Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

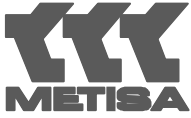
A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

a.46.5 Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
- Títulos e valores mobiliários - Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

a.46.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

a.47) Análise de sensibilidade

a.47.1 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

a.47.2 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

a.48) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

a.49) Cobertura de seguros (não auditado)

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 32.309.264, com base na característica dos bens. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

10.5 Os Diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela Administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas neste Formulário em seu item 10.4.

10.6 Com relação aos controles internos adotadas para assegurar a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis, os Diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Administradores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos são adequados e que sejam capazes de assegurar a confiabilidade das Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do Auditor Independente

O relatório do Auditor Independente não apontou deficiências ou recomendações no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os Diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor direta ou indiretamente, que não aparecem no seu Balanço Patrimonial (off-balance sheet items)

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Não se aplica.

b) outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não se aplica.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras indicados no item 10.8, os Diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras do emissor

Não se aplica.

b) natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10 Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do Plano de Negócio da Companhia:

a) investimentos incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Em 2015, a Companhia irá direcionar seus investimentos para aquisição de máquinas e equipamentos, com o objetivo de melhorias do seu processo produtivo, manutenção do parque fabril e desenvolvimento de ferramentais para novos produtos e adequações às Normas de Segurança NR10 e NR12.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano de 2014 através de capital próprio e/ou através de financiamentos oferecidos pelo BNDES e/ou seus Agentes Financeiros, dependendo dos custos financeiros.

ORÇAMENTO DE CAPITAL

ATIVO NÃO CIRCULANTE

IMOBILIZADO

I - Máquinas, Equipamentos e Instalações R\$ 5.744.000,00

II - Ferramentais R\$ 1.275.000,00

III - Tecnologia da Informação R\$ 335.000,00

IV - Adequação às Normas de Segurança NR10 e NR12 R\$ 3.629.000,00

TOTAL R\$ 10.983.000,00

ATIVO CIRCULANTE

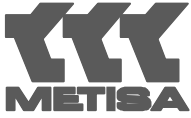
CAPITAL DE GIRO R\$ 700.200,00

TOTAL R\$ 700.200,00

TOTAL GERAL

R\$ 11.683.200,00

(ONZE MILHÕES, SEISCENTOS E OITENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS).



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há desinvestimentos relevantes previstos em andamento e/ou previstos.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável.

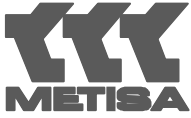
iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Em Reais)

1. Informar o Lucro Líquido do exercício

O Lucro Líquido do exercício de 2014 foi de R\$ 19.926.637,00.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global atribuído aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social de 2014, foi de R\$ 7.247.051,00 (sete milhões, duzentos e quarenta e sete mil, cinquenta e um reais), correspondentes a R\$ 0,7500 por ação ordinária e a R\$ 0,8250 por ação preferencial, aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 29 de outubro de 2014 e pagos no dia 22 de dezembro de 2014;

3. Informar o percentual do Lucro Líquido do exercício distribuído

O percentual sobre o Lucro Líquido ajustado corresponde a 38,28%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Na Assembléia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2014 foi aprovado o pagamento de um dividendo adicional, por conta da Reserva de Retenção de Lucros de exercícios anteriores, no valor de R\$ 0,20 por ação ordinária e R\$ 0,22 por ação preferencial, pagos em 27 de maio de 2014, perfazendo o montante global de R\$ 1.932.389,00 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e nove reais).

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica.

b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio

Não se aplica.

c) eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos Acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não se aplica.

b) informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009

7. Fornecer tabela comparativa indicando os valores por ação de cada espécie e classe:

a) lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores

<u>ANO</u>	<u>LUCRO LÍQUIDO (R\$)</u>
2014	19.926.637,00
2013	22.603.069,01
2012	22.288.217,21
2011	17.754.059,02

b) dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos três exercícios anteriores

<u>ANO</u>	<u>DIVIDENDOS</u>		<u>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</u>	
	<u>PN</u>	<u>ON</u>	<u>PN</u>	<u>ON</u>
2014 (1)	0,2200	0,2000	0,8250	0,7500
2013 (1)	0,2200	0,2000	0,8250	0,7500
2012 (1)	0,2200	0,2000	0,8250	0,7500
2011 (1)	0,1650	0,1500	0,6500	0,7150

(1) valores unitários por ação;

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal em 2014, foi de R\$ 996.331,87.

b) detalhar a forma de cálculo da reserva legal

O cálculo da Reserva Legal em 2014, correspondeu a 5% do Lucro Líquido do exercício.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos e mínimos

Não aplicável.

b) informar se o Lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto

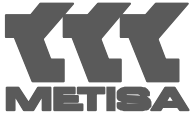
O Estatuto prevê a distribuição de 25% do Lucro Líquido ajustado da Companhia, assegurando às ações preferenciais um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

b) informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c) informar o montante eventualmente retido

Não se aplica.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009

- 11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido a situação financeira da Companhia**
Não se aplica.
- a) informar o montante da retenção**
Não se aplica.
- b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
Não se aplica.
- c) justificar a retenção dos dividendos**
Não se aplica.
- 12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**
Não se aplica.
- a) identificar o montante destinado à reserva**
Não se aplica.
- b) identificar a perda considerada provável e sua causa**
Não se aplica.
- c) explicar porque a perda foi considerada provável**
Não se aplica.
- d) justificar a constituição da reserva**
Não se aplica.
- 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**
Não se aplica.
- a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
Não se aplica.
- b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem a reserva**
Não se aplica.
- 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**
Não se aplica.
- a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
Não se aplica.
- b) identificar o montante destinado à reserva**
Não se aplica.
- c) descrever como o montante foi calculado**
Não se aplica.
- 15. Havendo retenção de lucros prevista em Orçamento de Capital**
- a) identificar o montante da retenção**
Montante da retenção: R\$ 11.683 mil.
- b) fornecer cópia do Orçamento do Capital**



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ORÇAMENTO DE CAPITAL

ATIVO NÃO CIRCULANTE

IMOBILIZADO

I - Máquinas, Equipamentos e Instalações	R\$ 5.744.000,00
II - Ferramentais	R\$ 1.275.000,00
III - Tecnologia da Informação	R\$ 335.000,00
IV - Adequação às Normas de Segurança NR10 e NR12	R\$ 3.629.000,00
TOTAL	R\$ 10.983.000,00

ATIVO CIRCULANTE

CAPITAL DE GIRO

	R\$ 700.200,00
--	----------------

TOTAL

R\$ 700.200,00

TOTAL GERAL

R\$ 11.683.200,00

(ONZE MILHÕES, SEISCENTOS E OITENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS).

Fontes próprias (Retenção de Lucros do exercício de 2014 e da realização do Custo Atribuído).

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

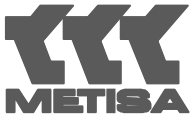
Não se aplica

a) informar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

b) explicar a natureza da destinação

Não se aplica.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Esclarecemos que os dados abaixo referem-se aos Membros atuais do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, que estão à disposição dos Acionistas para eventual reeleição. O mandato do atual Conselho de Administração e Conselho Fiscal vigorará até a realização da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará em 28 de abril de 2015. E, no caso de reeleição, o novo período do mandato será de 28.04.2015 até a realização da próxima AGO, em 2016.

12.6 Em relação a cada um dos Administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar em forma de tabela:

- a) **nome:** Flavio Snell
b) **idade:** 71 anos
c) **profissão:** engenheiro mecânico de produção
d) **CPF:** 024.614.558-72
e) **cargo eletivo ocupado:** Presidente do Conselho de Administração
f) **data da eleição:** 28 de abril de 2015
g) **data da posse:** 28 de abril de 2015
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Edvaldo Angelo
b) **idade:** 67 anos
c) **profissão:** engenheiro mecânico
d) **CPF:**154.761.039-53
e) **cargo eletivo ocupado:** Vice-Presidente do Conselho de Administração
f) **data da eleição:** 28 de abril de 2015
g) **data da posse:** 28 de abril de 2015
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Diretor Presidente que acumula as áreas de vendas, tecnologia e recursos humanos e Diretor da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Ricardo Teixeira Mendes
b) **idade:** 75 anos
c) **profissão:** engenheiro metalurgista
d) **CPF:** 008.127.228-68
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho de Administração
f) **data da eleição:** 28 de abril de 2015
g) **data da posse:** 28 de abril de 2015
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** presta serviços de assessoria à Diretoria do emissor na análise de novos negócios, análise de cunho mercadológico sobre produtos de interesse do emissor, coordenação de estudos de apoio dos interesses da Companhia junto ao Governo em suas três esferas administrativas e coordenação de processos técnico-administrativos a serem apresentados a órgãos oficiais.
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Adriana Short Soares dos Santos
b) **idade:** 43 anos
c) **profissão:** advogada
d) **CPF:** 006.674.427-07

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

e) cargo eletivo ocupado: membro do Conselho de Administração

f) data da eleição: 28 de abril de 2015

g) data da posse: 28 de abril de 2015

h) prazo do mandato: 1 ano - até a realização da próxima AGO

i) outros cargos ou funções exercidos no emissor: - x - x -

j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

a) nome: Rodrigo Sancovsky

b) idade: 36 anos

c) profissão: administrador

d) CPF: 282.860.048-33

e) cargo eletivo ocupado: membro do Conselho de Administração

f) data da eleição: 28 de abril de 2015

g) data da posse: 28 de abril de 2015

h) prazo do mandato: 1 ano - até a realização da próxima AGO

i) outros cargos ou funções exercidos no emissor: - x - x -

j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não

a) nome: Marcelo Massud

b) idade: 51 anos

c) profissão: administrador de empresas

d) CPF: 111.575.628-17

e) cargo eletivo ocupado: membro do Conselho de Administração

f) data da eleição: 28 de abril de 2015

g) data da posse: 28 de abril de 2015

h) prazo do mandato: 1 ano - até a realização da próxima AGO

i) outros cargos ou funções exercidos no emissor: - x - x -

j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

a) nome: Márcia Valéria dos Santos Rosa

b) idade: 52 anos

c) profissão: economista

d) CPF: 746.891.187-87

e) cargo eletivo ocupado: membro do Conselho de Administração

f) data da eleição: 28 de abril de 2015

g) data da posse: 28 de abril de 2015

h) prazo do mandato: 1 ano - até a realização da próxima AGO

i) outros cargos ou funções exercidos no emissor: - x - x -

j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

a) nome: Mário Luis Marques

b) idade: 63 anos

c) profissão: administrador

d) CPF: 567.391.178-53

e) cargo eletivo ocupado: membro do Conselho de Administração

f) data da eleição: 28 de abril de 2015

g) data da posse: 28 de abril de 2015

h) prazo do mandato: 1 ano - até a realização da próxima AGO

i) outros cargos ou funções exercidos no emissor: - x - x -

j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- a) **nome:** Wilson Harrison Jacobsen
b) **idade:** 65 anos
c) **profissão:** advogado
d) **CPF:** 180.443.019-68
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho de Administração
f) **data da eleição:** 28 de abril de 2015
g) **data da posse:** 28 de abril de 2015
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Diretor de Relações com Investidores que acumula as áreas administrativa e financeira e Superintendente da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Vinicio Pedro Cemin
b) **idade:** 65 anos
c) **profissão:** economista e advogado
d) **CPF:** 076.486.509-91
e) **cargo eletivo ocupado:** Presidente do Conselho Fiscal
f) **data da eleição:** 28 de abril de 2015
g) **data da posse:** 28 de abril de 2015
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Ramiro Heise
b) **idade:** 67 anos
c) **profissão:** advogado
d) **CPF:** 003.868.989-87
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal
f) **data da eleição:** 28 de abril de 2015
g) **data da posse:** 28 de abril de 2015
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Werner Kraus
b) **idade:** 78 anos
c) **profissão:** corretor de seguros
d) **CPF:** 003.762.729-53
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal
f) **data da eleição:** 28 de abril de 2015
g) **data da posse:** 28 de abril de 2015
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Stephen Benjamin Duvignau
b) **idade:** 34 anos
c) **profissão:** engenheiro
d) **CPF:** 219.801.938-86
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- f) **data da eleição:** 28 de abril de 2015
g) **data da posse:** 28 de abril de 2015
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Luiz Fernando Mello
b) **idade:** 65 anos
c) **profissão:** engenheiro mecânico
d) **CPF:** 449.336.818-72
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal
f) **data da eleição:** 28 de abril de 2015
g) **data da posse:** 28 de abril de 2015
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos Comitês Estatutários, bem como dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8 Em relação a cada um dos Administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

- a) **currículo, contendo as seguintes informações:**
- principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
 - nome da empresa
 - cargo e funções inerentes ao cargo
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
 - indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas;**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**12.8. a) Flavio Snell**

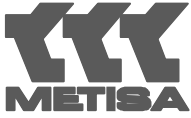
a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Engenheiro mecânico de produção graduado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) em 1967;
- Cursos de extensão universitária em administração de empresas e em técnicas de gerência e liderança (Management Center do Brasil – MCB – 1969);
- Curso de atualização para executivos de alto nível – Fundação Getúlio Vargas / RJ – 1973.

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- Diretor Presidente de Partbank S.A., empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas;



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Presidente do Conselho de Administração da METISA S.A., empresa dedicada à produção de artefatos de aço, tais como ferramental para máquinas rodoviárias, ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, lâminas para corte de pedras e acessórios ferroviários.

a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Presidente do Conselho de Administração desde maio de 2002.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Edvaldo Angelo

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Engenheiro mecânico formado na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- Diretor Presidente da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. desde abril de 1989.
- Vice Presidente do Conselho de Administração da METISA Metalúrgica Timboense S.A., empresa dedicada à produção de artefatos de aço, tais como ferramental para máquinas rodoviárias, ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, lâminas para corte de pedras e acessórios ferroviários.
- Diretor da Metisa Florestal e Energética S.A., empresa dedicada ao florestamento e reflorestamento de árvores exóticas - pinus e eucaliptus.
- Conselheiro da MUELLER Eletrodomésticos S.A., empresa fabricante de máquinas de lavar roupa, fogões e motores elétricos.
- Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Timbó - *SIMMET*.
- Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - *FIESC*.

a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Diretor Presidente da METISA Metalúrgica Timboense S.A. desde abril de 1989.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Ricardo Teixeira Mendes

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Engenheiro metalurgista graduado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) em 1962;

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Curso de Engenharia Econômica, ministrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio de Janeiro) em 1982.

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- Diretor Vice-Presidente da Partbank S.A.,-empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas;
- Entre os diversos serviços de consultoria prestados nos últimos 5 (cinco) anos, destacam-se:
 - **Metal Data II Geologia e Mineração Ltda.** – Estudo sobre a oferta e condições em que é oferecido o transporte ferroviário de minério de ferro oriundo do Estado de Minas Gerais a portos capazes de receber navios “cape size”. O estudo incluiu análise do arcabouço institucional que norteia as concessões. Trabalho entregue em dezembro de 2005.
 - **Metal Data II Geologia e Mineração Ltda.** – Análise dos portos existentes e potenciais, acessíveis por meio de transporte adequado, capazes de manusear, estocar e embarcar minério de ferro em quantidades compatíveis com projeto de mineração voltado para exportação, com minas na região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e/ou adjacências. Esta análise incluiu o exame dos aspectos institucionais relativos a terminais arrendados e terminais privativos, com ênfase na questão das obrigações dos concessionários.
 - **Metal Data S.A.** – Transporte Ferroviário de Minério de Ferro. Examina a existência e capacidade de transporte de minério de ferro no Brasil, considerando as ocorrências conhecidas nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí e Pará. Inclui análise da possibilidade de transporte hidroviário. Trabalho entregue em setembro de 2007.
 - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Estudo em que foi demonstrado que a concessão do regime especial de drawback à importação de lâminas de corte de pedras não atende às exigências da legislação a respeito, é de impossível fiscalização e resulta em situação que se caracteriza como de concorrência desleal ao produto nacional. Trabalho entregue em maio de 2007.
 - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Preparação da base técnica do pedido à Secretaria de Comércio Exterior – SECEX de prorrogação da imposição de direitos antidumping às exportações de lâminas de corte de pedra da Itália para o Brasil. O trabalho foi executado no correr do 1º semestre de 2008 e a petição foi protocolada na SECEX em 15 de julho de 2008. Trabalho desenvolvido durante o 1º semestre de 2008.
 - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Nova versão do estudo em que se demonstra a inaplicabilidade do regime de drawback às importações de Lâminas para Corte de Pedras (LCP), conduzida sob novo enfoque e adição de novas análises. Trabalho entregue em março de 2009.
 - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Preparação da base técnica do pedido à Secretaria de Comércio Exterior – SECEX de pedido de abertura de investigação de dumping, prejuízo à indústria nacional e relação causal entre ambos, das exportações de lâminas para corte de pedras provenientes da Itália e da China. O processo foi protocolado na SECEX em 27 de novembro de 2008. O estudo foi desenvolvido no decorrer do segundo semestre de 2008.
 - **Associação Brasileira de Fundição – ABIFA** – Estudo em que foi demonstrado que o regime especial de drawback não se aplica à importação de granalha de corte, cujo objetivo foi instruir processo conduzido pelo cliente no sentido de obstar tais importações que têm prejudicado os produtores nacionais. Estudo entregue em janeiro de 2010, desenvolvido a partir de novembro de 2009.
 - **METISA** – Estudos de Mercado – Análises dos mercados de produtos fabricados por METISA, tais como ferramentas de penetração no solo, ferramentas para máquinas e implementos

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

agrícolas e lâminas para corte de pedra, contemplando a identificação e acompanhamento de indicadores de demanda, preços de produtos concorrentes importados, preços de matéria-prima utilizadas pelo emissor e por seus concorrentes. Esses estudos são revistos e atualizados sempre que as condições de mercado o recomendam.

a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas

- Aços Anhangüera S.A.:
 - Diretor de Planejamento, cargo exercido entre abril de 1977 a 28 de fevereiro de 1982;
- Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração – CAEMI:
 - Diretor de Planejamento da subsidiária integral Mauá Serviços, a quem incumbia desenvolver todo o trabalho de “holding” da CAEMI. Cargo exercido entre 1 de março de 1982 a 30 de abril de 1986;
- Cia. Progresso Industrial do Brasil – Fábrica Bangu:
 - Membro do Conselho de Administração entre 26 de abril de 1988 e 29 de abril de 1989;
 - Diretor Superintendente entre 01 de maio de 1989 e 22 de janeiro de 1990.
- Pérsico Pizzamiglio S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração entre 28 de abril de 1989 e 30 de abril de 1997;
- Gazola Indústria Metalúrgica S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração entre maio de 1992 e junho de 2003;
- Jaraguá Fabril S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração entre abril de 1991 e abril de 1996;
- Motorádio S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração entre maio de 1989 e 27 de janeiro de 1994;
- METISA – Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração desde 1º de julho de 1988;

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial**
qualquer: Nenhuma

12.8.a) Adriana Short Soares dos Santos

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – RJ, em 1996.

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- Banco Liberal S.A.:
 - Assessora do Superintendente Financeiro no que tange ao controle de gestão de recursos de tesouraria, entre 1991 e 1994;
- Banco Nacional S.A.:
 - Atuou na área de cobrança de créditos, fazendo o acompanhamento de processos junto a escritórios terceirizados, entre 1994 e 1995;
- Cleverson Advogados Associados:
 - Atuou na esfera do Direito Comercial, principalmente em cobranças, entre 1995 e 1996.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- METISA – Metalúrgica Timboense S.A:
 - Membro do Conselho de Administração desde maio de 2006.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Rodrigo Sancovsky

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação: Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - EAESP/FGV.

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:

- FAMA Investimentos
São Paulo (SP)
Período 08/2006 - presente
Atividade da empresa: gestão de fundos e carteiras de valores mobiliários
- Rio Bravo Investimentos
São Paulo (SP)
Período 08/2004 - 08/2006
Atividade da empresa: gestão de fundos e carteiras de valores mobiliários

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

Não aplicável.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Marcelo Massud

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Administração de Empresas pela Faculdade de Administração de Empresas Luzwell, em 1989;
- MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC, em 1997.

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- GLJ Hotéis Ltda.:
 - Assessor da Diretoria, desde 1994. A empresa possui e explora hotel com instalações na Ilha de Itacuruçá, no litoral do Rio de Janeiro.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A:
 - Membro do Conselho de Administração.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

iii. principais qualquer condenação transitada e julgada, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

12.8.a) Márcia Valéria dos Santos Rosa

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Economista formada pela Faculdade Cândido Mendes, em 1988;
- MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, em 1987.

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- Partbank S.A.:
 - Gerente do Departamento Técnico da Partbank S.A., empresa de consultoria especializada em análise do mercado de capitais e em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas, entre 1990 e 2004;
- Elite CCVM Ltda.:
 - Consultora da Elite CCVM para assuntos relacionados ao mercado de capitais, desde 2004.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração desde 11 de setembro de 1990;
- Gazola S.A Indústria Metalúrgica:
 - Membro do Conselho de Administração em 1996 e 1997.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgada, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Mário Luís Marques

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Curso médio completo, feito no Colégio Arquidiocesano de São Paulo – concluído em 1969;
- Curso de arquitetura incompleto, na Fundação Vale Paraibano de Ensino, freqüentado em 1972 e 1973.

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio
 - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração. Atividade da Empresa: criação de gado bovino para corte.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
 - Membro do Conselho de Administração.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

iii. principais qualquer condenação transitada e julgada, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

12.8.a) Wilson Harrison Jacobsen

b) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Advogado formado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, concluído em 1975;

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- Diretor de Relações com Investidores da METISA Metalúrgica Timboense S.A., empresa dedicada à produção de artefatos de aço, tais como ferramental para máquinas rodoviárias, ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, lâminas para corte de pedras e acessórios ferroviários.
- Diretor Superintendente da Metisa Florestal e Energética S.A., empresa dedicada ao florestamento e reflorestamento de árvores exóticas - pinus e eucaliptus.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A:
 - Membro do Conselho de Administração desde abril de 2007.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgada, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

CONSELHO FISCAL

12.8.a) Stephen Benjamin Duvignau

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Université Paris VII; Paris, França
'Diplôme d'Etudes Approfondis' em Física Acústica (mestrado Francês); Julho 2004
- Swarthmore College; Swarthmore PA, EUA
'Bachelor of Science' em Engenharia; Junho 2003
- Universidade de Pequim; Pequim, China
Intercâmbio universitário; Fevereiro - Junho 2002

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:

- Mauá Sekular Investimentos São Paulo (SP)
Sócio - Gestora de Fundos
Período 2012 - presente
- Grupo Sandrecar; São Paulo (SP)
Diretor de Operações/Desenvolvimento de Novos Negócios;
Período: Fevereiro 2010 - Outubro 2012.

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

Não aplicável.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Luiz Fernando Mello

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Engenheiro Mecânico graduado pela Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo (FEI), em 1971;
- Administrador de Empresas graduado pela Universidade Mackenzie, em 1977.

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:

- Auto Posto Nardotal:
 - Sócio Administrador de auto posto de combustível, atividade desenvolvida entre 2003 e agosto de 2008;
- Faculdade de Economia e Administração da USP:
 - Professor no curso de extensão em administração (MBA) em Logística, cabendo-lhe ministrar aulas sobre a interação entre a Logística e a Engenharia de Produto nas empresas. Atividade desenvolvida em 2006;
- Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio:
 - Membro do Conselho de Administração, desde 2009;
 - Consultor – Presta assessoria técnico-operacional, envolvendo questões relativas à operação e manutenção dos equipamentos mecânicos e relativas à operação da fazenda – conservação do patrimônio, manejo do gado e administração. Atividade desenvolvida desde meados de 2008;
- CAFENOEL – Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de São Manuel:
 - Membro do Conselho Fiscal, desde maio de 2009.

a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.
 - Membro do Conselho Fiscal, eleito sucessivamente em abril de 2007, abril de 2008 e abril de 2009.

a.4) Experiência Profissional entre 1980 e 2000:

Por sua relevância, apresenta-se a experiência profissional de Luiz Fernando Mello entre 1974 e 2000, em atividades ligadas à indústria automobilística.

- Chrysler Corporation do Brasil
 - Engenheiro da Engenharia de Produto, entre julho de 1974 e setembro de 1976;
 - Supervisor dos departamentos de Segurança e Engenharia de Chassis, da Diretoria de Engenharia de Produto, entre outubro de 1976 e dezembro de 1978;
- Volkswagen Caminhões
 - Supervisor do departamento de Engenharia de Chassis, afeto à Diretoria de Engenharia de Produto, entre novembro de 1980 e dezembro de 1986;
 - Supervisor do departamento de Controle de Programas da Engenharia do Produto, entre janeiro de 1987 e abril de 1987;
- Autolatina Brasil S.A. – Operações de Caminhões e Ônibus
 - Supervisor do departamento de Engenharia Residente da Fábrica de São Bernardo do Campo, da Diretoria de Desenvolvimento de Produto, entre maio de 1987 e abril de 1989;

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Supervisor do departamento de Coordenação de Programas e Orçamento da Diretoria de Desenvolvimento do Produto, entre maio de 1989 e abril de 1995;
- Entre dezembro de 1991 e agosto de 1992, exerceu interinamente as funções de gerente do Departamento de Administração da Engenharia do Produto, da Diretoria de Desenvolvimento do Produto;
- Volkswagen do Brasil S.A. – Operações de Caminhões e Ônibus
 - Gerente do Departamento de Engenharia do Cliente, afeto à Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento, entre dezembro de 1994 e janeiro de 1999;

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Ramiro Heise

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Advogado formado na Faculdade de Direito de Itajaí (hoje UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí);
- Pós Graduação, nível especialização, PUC - São Paulo.

a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:

- HEISE & DOBNER Advogados Associados
 - Sócio;

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A:
 - Membro do Conselho Fiscal desde 2002;

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

12.8.a) Vinicio Pedro Cemin

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Economista formado pela Universidade de Blumenau - FURB, ano de 1974.
- Advogado formado pela Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI, ano de 2004.

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- ESCOPEL Contabilidade LTDA
- RABER Indústria e Comércio de Polímeros LTDA
- CEMIN Consultoria e Projetos Econômicos LTDA
- ENERMECO LTDA

Exerceu cargo de administrador, diretor, procurador e em determinadas situações, como responsável técnico profissional.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A:
 - Membro do Conselho Fiscal desde 1988;

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal: Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

12.8.a) Werner Kraus

a) Formação e Experiência Profissional:

a.1) Formação:

- Técnico em Contabilidade - Colégio Santo Antônio, Blumenau 1969;
- Pós Graduação, nível especialização, PUC - São Paulo.

a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:

- WK Corretora de Seguros LTDA
 - Sócio;

a.3) Cargos de administração em companhias abertas:

- METISA Metalúrgica Timboense S.A:
 - Membro do Conselho Fiscal desde abril 2002;
 - Foi membro do Conselho de Administração no período de 1992 à 2002;
- Empresa Industrial Garcia (atualmente COTEMINAS):
 - Supervisor da área administrativa, depósito, expedição, seguros, transportes e faturamento, 1970/1973;

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:

- qualquer condenação criminal: Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:

a) administradores do emissor

Conselho de Administração

O Conselheiro de Administração, Marcelo Massud, é sobrinho do Presidente do Conselho de Administração, Flávio Snell, e do Diretor Executivo, Amin Omar Massud.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Conselho de Administração

O Vice-Presidente do Conselho de Administração, Edvaldo Angelo, é Diretor da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.

O Conselheiro de Administração, Wilson Harrison Jacobsen, é Superintendente da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Conselho de Administração

O Controlador do emissor, Flávio Snell, é tio do Conselheiro de Administração Marcelo Massud.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração, Flávio Snell, é Diretor Presidente da PARTBANK S.A., proprietária de 23,7% das ações ordinárias do emissor;

O Conselheiro de Administração, Ricardo Teixeira Mendes, é Diretor Vice-Presidente da PARTBANK S.A..

12.10 Informar sobre as relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O Conselheiro de Administração, Wilson Harrison Jacobsen, é Superintendente da Subsidiária Integral do emissor, Metisa Florestal e Energética S.A..

O Vice-Presidente do Conselho de Administração, Edvaldo Angelo, é Diretor da Subsidiária Integral do emissor, Metisa Florestal e Energética S.A..

b) controlador direto ou indireto do emissor

O Controlador do emissor, Flávio Snell, é Diretor Presidente da PARTBANK S.A. e o Conselheiro de Administração, Ricardo Teixeira Mendes, é Diretor Vice-Presidente da PARTBANK S.A..

O Conselheiro de Administração Mário Luis Marques é Diretor da CARÁBAS S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio, cujo Acionista Controlador é o Controlador do emissor.

A Conselheira de Administração Márcia Valéria dos Santos Rosa presta serviços de consultoria sobre mercado de capitais à ELITE CCVM.

O Conselheiro Fiscal Luiz Fernando Mello, presta serviços de consultoria à CARÁBAS S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio.

c) caso seja relevante, fornecer, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos Administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Não se aplica

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não se aplica

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

13. Remuneração dos Administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos :

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A prática da Companhia objetiva oferecer a seus Administradores uma remuneração equivalente a praticada no mercado, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado a suas funções, e sua competência e reputação profissional.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários fixos dentro do limite máximo, definido pela Assembléia Geral Ordinária que no caso do emissor está proposto, em no máximo até 2,5% da Receita Bruta Operacional, aprovados anualmente, e posteriormente, fixados individualmente, pelo Conselho de Administração a cada membro; remuneração variável - participação nos lucros, dependendo do resultado do exercício, limitado, segundo o Estatuto Social da Companhia e conforme o Artigo 152º da Lei Nº 6.404/1976, a 10% do Lucro Líquido.

A Companhia, em decorrência destes critérios de remuneração, objetiva a retribuição pelos serviços prestados levando em consideração as responsabilidades do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado e o reconhecimento pelos resultados atingidos.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	<u>2013 (%)</u>	<u>2014 (%)</u>	<u>2015 (%)</u>
Honorários	67,0	67,2	100
Participação nos Lucros	33,0	32,8	-

Observações:

a) tendo em vista que a participação nos lucros possui como base o Lucro Líquido do Exercício, para o ano de 2015, não temos como estimar esse percentual. Para o exercício de 2014, o percentual de 32,8% demonstrado na tabela acima refere-se a proposta que será ratificada ou não na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária que realizar-se-á em 28 de abril de 2015.

b) Referente ao exercício de 2015, a Companhia efetuou uma previsão somente da parte fixa da remuneração dos Administradores, porquanto, não possuímos uma estimativa declarada de resultados para o corrente ano.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os honorários são definidos anualmente durante a realização da Assembléia Geral Ordinária e são baseados em práticas de mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia para seus Administradores, conforme já assinalado, é baseada em práticas de mercado e em consonância com os objetivos da Companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O indicador de desempenho levado em consideração na determinação da remuneração variável dos Administradores é o Lucro Líquido do exercício.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos Administradores é dividida entre uma parte fixa, correspondente ao Pro Labore e uma parcela variável proporcional ao Lucro Líquido obtido. A maior ou menor participação da remuneração variável, observado o limite legal, reflete o indicador de desempenho da Administração do emissor – o Lucro Líquido, objetivo final de uma sociedade de caráter empresarial.

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política da Companhia leva em consideração, conforme já mencionado, as responsabilidades de cada Administrador, o tempo dedicado a suas funções, sua competência e reputação profissional, remuneração de seus serviços no mercado e os interesses dos Acionistas do emissor.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladoras diretos ou indiretos

Uma subsidiária integral da Companhia remunera a título de honorários fixos, 2 (dois) Diretores do emissor. Os valores da remuneração representaram no exercício de 2014 um total de R\$ 59.528,00.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não aplicável.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ÓRGÃO	2015 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Remuneração segregada em:				
- Remuneração Fixa Anual (a)	3.013	2.130	302	5.445
Salários ou Pro Labore	3.013	2.130	302	5.445
Benefícios diretos ou indiretos				
Participações em Comitês				
- Remuneração Variável				
Bônus				
Participação nos Resultados				
Participações em Reuniões				
Comissões				
Benefícios pós emprego				
Benef. pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
TOTAL	3.013	2.130	302	5.445

Observações:

a) foram mantidos os mesmos valores pagos à título de remuneração fixa em 2014.

b) a participação nos lucros, não foi possível mensurar, no entanto, deverá ser limitada ao total do montante fixo, conforme a Legislação vigente.

ÓRGÃO	2014 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Remuneração segregada em:				
- Remuneração Fixa Anual (a)	3.013	2.130	302	5.445
Salários ou Pro Labore	3.013	2.130	302	5.445
Benefícios diretos ou indiretos				
Participações em Comitês				
- Remuneração Variável	1.293	1.218	-	2.511
Bônus				
Participação nos Resultados	1.293	1.218	-	2.511
Participações em Reuniões				
Comissões				
Benefícios pós emprego				
Benef. pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
TOTAL	4.306	3.348	302	7.956



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ÓRGÃO	2013 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Remuneração segregada em:				
- Remuneração Fixa Anual (a)	3.014	1.997	279	5.290
Salários ou Pro Labore	3.014	1.997	279	5.290
Benefícios diretos ou indiretos				
Participações em Comitês				
- Remuneração Variável	1.283	1.184	-	2.467
Bônus				
Participação nos Resultados	1.283	1.184	-	2.467
Participações em Reuniões				
Comissões				
Benefícios pós emprego				
Benef. pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
TOTAL	4.297	3.181	279	7.757

13.3 Em relação à remuneração variável dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ÓRGÃO	2015 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	(1)	(1)	(2)	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Observações:

1) em relação a participação nos resultados, os valores máximos estão limitados ao total da remuneração fixa, como também a 10% do Lucro Líquido do exercício social. A participação individual nos lucros do emissor são determinados pelo Conselho de Administração, após a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis do exercício social em questão.

2) os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração variável

ÓRGÃO	2014 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	1.293	1.218	(2)	2.511
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.293	1.218	-	2.511



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ÓRGÃO	2013 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	1.283	1.184	(2)	2.467
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.283	1.184	-	2.467

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis.

- a) termos e condições gerais
- b) principais objetivos do plano
- c) forma como o plano contribui para esses objetivos
- d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f) número máximo de ações abrangidas
- g) número máximo de opções a serem outorgadas
- h) condições de aquisição de ações
- i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j) critérios para fixação do prazo do exercício
- k) forma de liquidação
- l) restrições à transferência das ações
- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	TOTAL
TOTAL	4.185.192	1.639.233	5.824.425

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	TOTAL
TOTAL	659	12.699	13.358

CONSELHO FISCAL	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	TOTAL
TOTAL	1	0	1

13.6 Em relação a remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a) órgão
- b) número de membros
- c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio, ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d) valor justo das ações na data de outorga
- e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a) órgão
- b) número de membros
- c) em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferências das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d) em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a) órgão
- b) número de membros
- c) em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d) em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a) modelo de precificação
- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d) forma de determinação da volatilidade esperada
- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável.

- a) órgão
- b) número de membros
- c) nome do plano
- d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e) Condições para se aposentar antecipadamente
- f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

h) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os três últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

ÓRGÃO	2014 (Em Reais mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Valor da maior remuneração individual	1.881	1.451	60	3.392
Valor da menor remuneração individual	206	764	60	1.030
Valor médio da remuneração individual	478	1.116	60	1.654

ÓRGÃO	2013 (Em Reais mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Valor da maior remuneração individual	1.848	1.380	56	3.284
Valor da menor remuneração individual	202	741	56	999
Valor médio da remuneração individual	477	1.060	56	1.593

ÓRGÃO	2012 (Em Reais mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Valor da maior remuneração individual	1.209	738	52	1.999
Valor da menor remuneração individual	141	506	52	699
Valor médio da remuneração individual	329	589	52	970

Observação: nos exercícios de 2013 e 2014, os montantes referem-se a remuneração anual e a participação estatutária nos lucros

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor

Não há instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

ÓRGÃO	2014	2013	2012
Conselho de Administração	78,82%	78,00%	74,77%
Diretoria Estatutária	22,82%	23,31%	28,63%
Conselho Fiscal	60,00%	60,00%	60,00%

13.14 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ÓRGÃO	2014 (Em R\$)	2013 (Em R\$)	2012 (Em R\$)
Conselho de Administração	226.268,00	211.792,00	198.022,00
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

ÓRGÃO	2014 (Em R\$)	2013 (Em R\$)	2012 (Em R\$)
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria Estatutária	59.528,00	55.384,00	50.092,00
Conselho Fiscal	-	-	-

Observação: Refere-se a remuneração anual de dois Diretores do emissor que prestam serviços na Subsidiária Integral METISA Florestal e Energética S.A.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO 14 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No dia doze de março de dois mil e quinze, às 14:00 horas, nas dependências da METISA Metalúrgica Timboense S.A., na Rua Fritz Lorenz, 2442, Distrito Industrial, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal para emissão de parecer sobre o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2014: Os membros do Conselho Fiscal da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. presentes, por unanimidade, cumprindo atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2014, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado, acompanhados das respectivas Notas Explicativas e do Relatório da Administração. Examinaram também as respectivas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Considerando as análises efetuadas e levando em conta o Parecer da Auditoria realizada pela Baker Tilly Brasil Auditores Independentes, os Conselheiros presentes, por unanimidade, opinaram no sentido de que tais documentos traduzem adequadamente a posição patrimonial da Companhia e de que os mesmos estão em condições de merecer aprovação dos Acionistas em Assembléia Geral.

(Parecer do Conselho Fiscal da Metisa S.A., aprovado pela Ata Nº 237, folha 132, do dia 12 de março de 2015).

Vinício Pedro Cemin
Presidente

Luiz Fernando Mello

Ramiro Heise

Stephen Benjamin Duvignau

Werner Kraus